

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

A Escola Básica e Secundária Alfredo da Silva, inaugurada em 1947, com cerca de 800 estudantes do 5º ao 12º ano, é amplamente reconhecida pela sua qualidade pedagógica. No entanto constata-se um enorme desinvestimento nas suas instalações, que se traduz em constrangimentos no processo ensino/aprendizagem e no funcionamento da escola. Os recentes acontecimentos – a queda parcial da cobertura é disso exemplo.

Em 2014 esta escola foi sujeita a uma intervenção na sua cobertura, com vista à remoção do amianto. Contudo, pela terceira vez em 2015, regista-se a queda de telhas da cobertura da escola, justamente as telhas que foram colocadas em 2014. A primeira vez que ocorreu foi no dia 19 de janeiro de 2015, a segunda vez foi no dia 5 de outubro de 2015 e a terceira vez foi no dia 17 de outubro de 2015.

Na sequência da queda das telhas no passado dia 5 de outubro, a escola foi evacuada e posteriormente encerrada por não estarem garantidas as condições de segurança para o seu funcionamento. Foi realizada uma intervenção para repor a cobertura somente na zona danificada, tendo as aulas recomeçado no dia 15 de outubro. Entretanto, no dia 17 de outubro, a cobertura da escola sofreu novos estragos, agora noutra zona, tendo caído novamente telhas no espaço de logradouro, o que levou a novo encerramento da escola até estar assegurada a segurança dos estudantes, professores e funcionários.

Felizmente a queda das telhas ocorreu em períodos em que não se encontravam estudantes, professores ou funcionários no logradouro, caso contrário o desfecho poderia ser muito mais grave (colocando inclusivamente em causa a integridade física da comunidade escolar, e até mesmo a própria vida, dada a grande dimensão das telhas).

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva reunido a 12 de Outubro entendeu que a escola não deveria reabrir sem estarem reunidas as condições necessárias à sua reabertura, dado que não foi realizado nenhum relatório técnico por uma entidade independente e credenciada que garanta estarem asseguradas todas as condições de

segurança e exigiu ao Ministério da Educação, no quadro das suas atribuições e competências, que tomasse as devidas diligências para garantir que estavam reunidas as condições indispensáveis à atividade letiva, o que não veio a ocorrer.

Mais, quanto à necessidade de realizar uma vistoria à cobertura, um representante da Direção Geral dos Equipamentos Escolares (DGEstE) afirmou que não disponha de financiamento para esse fim. Até o Município do Barreiro se disponibilizou para emprestar o montante necessário para a realização de uma vistoria.

Ontem, dia 19 de outubro, estava previsto o início das obras de reparação da cobertura que tinha sido intervencionada em 2014. E ontem o Grupo Parlamentar do PCP realizou uma visita à escola, ouviu a comunidade educativa e pode constatar que não deu início qualquer obra.

Importa salientar que nas diversas intervenções referidas o Governo não assumiu as suas responsabilidades, transferindo-as para a direção da escola. O Ministério da Educação e Ciência sendo a entidade que tutela os estabelecimentos escolares, deveria assumir-se como dono da obra, bem como todas as responsabilidades daí decorrentes, mas não é assim que procede, ao empurrar para a direção da escola, que não dispõe dos meios técnicos que permitam acompanhar a realização das obras.

Para as obras previstas terem arrancarem, a DGEstE informou ontem a escola que tinha a verba para a sua realização, mas a Diretora da Escola tinha de se identificar como dona da obra, o que esta recusou, dado que a responsabilidade das obras são do Ministério da Educação e Ciência, através da DGEstE. É inaceitável que o Governo não assuma as suas responsabilidades e que delegue noutros o que lhe compete, sobretudo quando há aspetos técnicos que não podem ser subestimados, como os acontecimentos recentes o demonstram.

É urgente uma intervenção imediata em toda a cobertura da escola que foi substituída em 2014 e o Governo tem de assumir as suas responsabilidades em todo este processo, sob pena de colocar em causa a integridade física da comunidade desta escola. É urgente o recomeço da atividade letiva em condições de segurança para a comunidade escolar.

Mas os problemas das instalações desta escola são mais profundos. Apesar de esta escola ter sido identificada pela Empresa Parque Escolar para uma intervenção ao nível da manutenção e conservação, o que não teve qualquer desenvolvimento, mesmo depois de ter realizado estudos e sondagens à estrutura dos edifícios, deixando tudo “esburacado”.

A Escola Básica e Secundária Alfredo da Silva necessita de uma requalificação geral, que resolva os problemas de infiltrações, de infraestruturas, de portas e janelas, das casas de banho e balneários, da degradação do campo de jogos e da falta de equipamentos desportivos, bem como da exiguidade de alguns espaços, como o bar ou a papelaria, porém continua a não existir qualquer perspetiva para a sua concretização.

A situação em que se encontra esta escola resulta das opções de sucessivos governos, de desinvestimento e de ataque à Escola Pública, e que se traduziu nos cortes orçamentais para a educação, na degradação das instalações ou na falta de material e equipamentos escolares.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Educação e Ciência nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que garantias tem o Governo que a intervenção de 2014, de substituição da cobertura de fibrocimento cumpria as especificações técnicas e de segurança? Qual o acompanhamento que o Governo fez desta intervenção?
2. Qual o acompanhamento do Governo à intervenção realizada na sequência da queda das telhas a 5 de outubro?
3. Por que razão o Governo não procedeu à realização de uma vistoria por uma entidade independente e credenciada para verificar se todas as condições de segurança estavam devidamente asseguradas? Ou as questões económico-financeiras sobrepõem-se à integralidade física dos estudantes, professores e funcionários?
4. Por que razão o Governo não se assume como dono da obra, na qualidade de responsável pelo parque escolar e delega nos diretores, que não dispõem de meios técnicos que permitam um efetivo e adequado acompanhamento de uma obra com estas características?
5. Quando iniciarão as obras conducentes à reparação da cobertura intervencionada em 2014, atendendo a que se trata de uma situação urgente? Qual o cronograma dos trabalhos previstos e qual o prazo de execução?

Palácio de São Bento, terça-feira, 20 de Outubro de 2015

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

FRANCISCO LOPES(PCP)